

IDENTIDADE E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: REPENSANDO ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS

Maria Chalfin Coutinho

Edite Krawulski

Dulce Helena Penna Soares

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

RESUMO: As transformações da sociedade contemporânea vêm sendo analisadas por diversas disciplinas no campo das Ciências Humanas, buscando compreender suas implicações para os sujeitos e suas relações sociais. Neste contexto, categorias teóricas clássicas têm sido questionadas. Apresentamos aqui algumas articulações teóricas possíveis entre os conceitos identidade e trabalho, considerando o cenário social contemporâneo. A identidade é discutida a partir de diferentes teorias sociais e da articulação com o conceito de identificação na Psicanálise, enfatizando sua dimensão processual. O trabalho no capitalismo contemporâneo assume configurações como flexibilidade, temporariedade, precariedade, informalidade, produzindo alterações que se expressam no modo de ser dos trabalhadores. Nossas reflexões sobre o contexto produtivo contemporâneo nos levam a afirmar que, apesar das dificuldades, a construção dos processos identitários pelos sujeitos ainda tem lugar. Certamente são posições de sujeitos transitórias e efêmeras, mas não é possível negar a coerência e a continuidade na história de vida de cada um.

PALAVRAS-CHAVE: Contemporaneidade; trabalho; identidade; identificação.

IDENTITY AND WORK IN CONTEMPORANEOUSNESS: RE-THINKING THE POSSIBLE ARTICULATIONS

ABSTRACT: The changes in contemporary society have been analyzed by several disciplines in the Human Sciences field, trying to understand its implications to the subjects and their social relations. In this context, theoretical categories have been put in question. Here we present some possible theoretical articulations between the concepts of identity and work, considering the contemporary social scenery. Identity is discussed from different social theories and the articulation with the concept of identification in Psychoanalysis, emphasizing the dimension of its process. Work in the contemporary capitalism system accepts configurations as flexibility, temporality, precariousness, informality, producing alterations that are expressed in the workers' ways of being. Our reflections about the contemporary productive context make us affirm that, despite the hardships, the building of identity processes in the subjects still has a place. Certainly they are transitory and ephemeral positions of subject, but it's not possible to deny the coherence and the continuance in each person's life history.

KEYWORDS: contemporaneousness, work, identity, identification.

Nas últimas décadas do século XX emerge o debate sobre as mudanças na sociedade como um todo e, em especial, no contexto produtivo, com implicações tanto sobre as relações sociais quanto para o modo como os sujeitos se constituem nestas relações na contemporaneidade. Discute-se em que medida as mudanças na sociedade moderna se configurariam como uma nova forma social, denominada por alguns de sociedade pós-moderna.

A contemporaneidade trouxe em seu bojo transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade. Tais transformações, ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas chaves na área das ciências humanas e sociais, dentre as quais identidade e trabalho.

No que se refere ao trabalho, ainda que tenhamos em conta o debate sobre a perda da sua centralidade (Offe,

1989), compartilhamos a concepção de autores (Antunes, 2002, 2003b; Harvey, 2000; Lessa, 1997) que reafirmam o papel dessa categoria como fundante do ser humano e de suas formas de sociabilidade.

O conceito de identidade, por sua vez, vem sendo questionado por diferentes áreas do conhecimento, desconstruindo a idéia de uma identidade única, integral e originária e criticando os modelos essencialistas de compreensão do tema. Então, por que continuar pensando a este respeito? Ainda que o consideremos "sob-rasura", concordamos com Hall (2004), quando aponta a necessidade de mantermos conceitos como identidade, pois

... uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (Hall, 2004, p. 104).

Aceitando este desafio, nos propusemos, neste artigo, a discutir o conceito de identidade em sua articulação com o trabalho, considerando o cenário da contemporaneidade e as implicações do atual contexto produtivo.

Repensando o Conceito de Identidade

Identidade tem sido apresentada como um conceito dinâmico, adotado frequentemente para compreender a inserção do sujeito no mundo e sua relação com o outro. Para Berger e Luckmann (1966/2002, p. 177), "... ela é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo." Já Ciampa (1987, p. 59) destacou o papel da relação com o outro, visto que "... a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele." Pensar esta inserção implica em reconhecer uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro: o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social.

Enquanto membro da sociedade, o sujeito, ao mesmo tempo, exterioriza seu modo de ser no mundo e o interioriza, por meio dos processos de socialização primária e secundária (Berger & Luckmann, 1966/2002). Diversos outros autores associam o estudo da identidade com a análise destes processos de socialização, compreendidos como "... processos psicossociais através dos quais o indivíduo se desenvolve historicamente como pessoa e como membro de uma sociedade" (Martin-Baró, 1985, p. 115), constituindo suas identidades pessoal e social, como processos indissociáveis. Entretanto, cabe destacar que entendemos socialização como um processo de apropriação da vida cotidiana, pois o sujeito é, desde sempre, um ser social.

O termo identidade social tem sido empregado, no campo da Psicologia Social, para referir-se à pertença a grupos sociais e ao lugar ocupado por estes na constituição identitária de cada um (Jacques, 1996). Neste sentido, cabe questionar concepções estáticas sobre identidade e reafirmar, tal como fez Ciampa (1987, 1998), a idéia de movimento e, mais do que isto, de metamorfose, "... o processo de permanente transformação do sujeito humano, que se dá dentro de condições materiais e históricas dadas..." (1998, p. 88).

O resgate dos estudos sobre identidade no campo da Sociologia também propiciou o rompimento com concepções tradicionais, que enfatizavam apenas as determinações macrossociais e econômicas sobre a vida cotidiana. Nessa direção, Sader (1988) compreende os sujeitos como inseridos em uma coletividade ou pluralidade, sendo as identidades decorrentes de suas interações. "As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém esta ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles" (p. 55).

Sainsaulieu (1988) busca compreender a interdependência entre as identidades individuais, que emergem nas relações interpessoais, e as coletivas, derivadas das posições sociais ocupadas por indivíduos que têm em comum uma mesma lógica de ator. Desta forma, compreende a identidade como "... um tipo de seqüência cultural da ação, a toda uma interiorização da experiência social, sob forma de modelos tornados inconscientes e que governam as condutas e jogos relacionais pelo viés de representações que eles induzem" (p. 279).

O mesmo autor observa a vulnerabilidade da identidade individual frente às pressões do ambiente social, no qual a perda da identidade seria conseqüência da incapacidade do sujeito de defender-se destas pressões. Destaca, ainda, o papel fundamental exercido pelo conflito na evolução do sujeito, sendo a conquista da identidade o resultado da vitória nas relações sociais cotidianas, pois o sujeito foi capaz de impor sua diferença na relação com o outro. Já a identificação revela a impossibilidade do sujeito sustentar suas diferenças, constatando sua fragilidade no sistema de trocas sociais no qual está inserido.

Ao analisar as "grandes teorias" sobre socialização, Dubar (1998) distingue duas orientações teóricas opostas: essencialista e relativista. A primeira adota uma perspectiva "psicologizante", ao considerar a existência de um *self*, ou eu interior, com relativa autonomia e permanência. Já na segunda, considerada pelo autor como "sociologista", a identidade seria uma ilusão, dada sua total dependência em relação às posições e papéis sociais ocupados pelo sujeito.

Concordamos com o autor quando aponta a necessidade de superar a polarização acima e adotar um ponto de vista relacional. Tal superação é possível através de investigações sobre as trajetórias identitárias dos sujeitos, articulando as experiências objetivamente vividas com os sentidos que os sujeitos atribuem a estas.

A noção de identidade como um processo construído individualmente, pressupondo um sujeito autônomo e unitário, vem sendo questionada por teóricos do campo dos Estudos Culturais (Guareschi, Medeiros & Bruschi, 2003; Hall, 2001; Silva, 2004; Woodward, 2004). Estes autores argumentam que as identidades modernas estão entrando em colapso, porque um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades desde o final do século passado, trazendo como resultado a fragmentação das paisagens culturais de classe, sexualidade, nacionalidade etc., que, no passado, nos forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais.

As transformações sociais provocam mudanças também nas identidades pessoais, ao desestabilizar a idéia de si próprio como sujeito integrado, fazendo-o perder a estabilidade do sentido de si mesmo (Hall, 2001). Nessa perspectiva, o conceito é compreendido como uma construção

histórica e cultural, de forma não essencializada, uma vez que:

... o sujeito nunca é idêntico a si mesmo por todo o sempre, já que guarda uma abertura para o tempo, um tempo histórico que o vai posicionar na diferença e não no mesmo, através dos tempos. O que se repetiria seria a produção, a potência de diferenciação e não o sujeito (Guareschi et al., 2003, p. 47).

Os teóricos culturalistas apontam a centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social. O foco na cultura, como componente das identidades e dos processos de subjetivação, gera uma compreensão de identidade como algo múltiplo, instável e dependente da adesão a grupos, afirmando uma identidade coletiva e não mais como uma realização individual. Segundo esta perspectiva, a cultura é pensada no domínio simbólico, na produção de significações, constituindo visões de mundo que, neste processo, constituem também posições-de-sujeito (Bernardes & Hoenisch, 2003). Para estes autores, o conceito de subjetividade pode ser associado ao de identidade:

... subjetividade não é o ser, mas os modos de ser; não é a essência do ser ou da universalidade de uma condição, não se trata de estados da alma, mas uma produção tributária do social, da cultura, de qualquer elemento que de algum modo crie possibilidades de um 'si', de uma 'consciência de si', sempre provisória... São modos pelo qual o sujeito se observa e se reconhece como um lugar de saber e de produção de verdade (p. 117).

Dentro da mesma perspectiva teórica, Woodward (2004) reitera a concepção de que o termo identidade só se torna possível se pensado em relação à diferença, ou seja, tomado relacionalmente, de modo que só apreendemos um conceito a partir do outro. Com relação a esse aspecto, Silva (2004) argumenta que a diferença não é produto da identidade, mas tanto uma quanto a outra resultam de um processo de inclusão e exclusão:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora (Silva, 2004, p. 82).

A relação entre subjetividade e identidade também é apresentada por Santos (2001). Para o autor, a subjetividade é o nome pós-moderno da identidade, uma vez que é por meio da primeira que a última se manifesta. Em suas palavras, “cada um de nós é uma rede de sujeitos em que se combinam várias subjetividades... Somos um arquipélago de subjetividades que se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas” (p. 107). Essa compreensão remete a uma pluralidade de modos

de ser sujeito, a partir da combinação e/ou integração de diferentes subjetividades.

As teorias sociais até aqui revisitadas apresentam como pontos em comum a ênfase na dinâmica e na processualidade, a interdependência indivíduo e coletivo, a análise da alterização e da indissociabilidade entre identidade e diferença, a recusa da essencialidade e da soberania do sujeito e, ainda, a investigação dos processos identitários construídos no cotidiano. Apesar das semelhanças e das peculiaridades de cada concepção teórica, observamos um marco que separa as concepções sobre identidade oriundas dos Estudos Culturais das outras abordagens aqui referidas: enquanto autores como Ciampa (1987, 1998), Martin-Baró (1985) e Sainsaulieu (1988), entre outros, apresentam uma concepção de sujeito sempre em transformação, mas capaz de manter uma relativa unidade, as abordagens culturalistas enfatizam a fragmentação e as diferentes posições ocupadas pelo sujeito ao longo de sua trajetória identitária.

Inegavelmente, o atual contexto societário, particularmente quando nos referimos ao mundo do trabalho, contribui de forma decisiva para a fragmentação dos sujeitos e, deste modo, tende a reforçar a fragilidade e a condição efêmera e eternamente provisória da identidade, tal como apontou Bauman (2005). Consideramos, no entanto, que estas rupturas nas trajetórias identitárias, ao longo da vida, são resignificadas através de novos processos de identificação, mais bem compreendidos na perspectiva da Psicanálise.

Apesar de o conceito de identidade ter sido tradicionalmente pouco estudado pela psicanálise, encontramos em Erikson (1968/1976) a referência a esta como um problema universal, “... pois estamos tratando de um processo ‘localizado’ *no âmago do indivíduo* e, entretanto, também *no núcleo central de sua cultura coletiva* [itálicos do autor], um processo que estabelece de fato a identidade dessas duas identidades” (p. 21).

Mais recentemente, Costa (1989), também tributário da tradição psicanalítica, desenvolve uma concepção de identidade socialmente construída, correspondendo a tudo que o sujeito vivencia como sendo “eu”, e, portanto, oposto ao “não eu”. A identidade psicológica (diferentemente de outros sistemas identitários) “... é o sistema de representações que se mostra à consciência do sujeito como aquilo que não é apenas atributo do meu eu ou de alguns eu, mas o traço identificatório comum a todos os eu” (p. 22). Focalizando o aspecto ocupacional, o autor considera que a identidade psicológica do trabalhador funda-se não só como decorrência de conflitos sexuais subjacentes, mas é, particularmente, definida pela capacidade de trabalho. Desta forma, “... ser bom trabalhador significa também ser bom pai, bom marido, bom filho... enfim, um bom homem...” (p. 29).

Hall (2001), por sua vez, retoma a psicanálise de Freud para explicar a origem contraditória da identidade, formada através de processos inconscientes, e não inata. Em sua compreensão, "existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade" (p. 38).

A contribuição de Kristeva (1987) nos auxilia a entender como se dá este processo paulatino. Segundo esta autora, a identidade "... supõe que o sujeito escolha uma identificação e renuncie às outras, que ele aceite a separação, uma ruptura" (1987, p. 53). Assim, identificar-se implica, sob a perspectiva individual, na constituição da representação de si e da auto-estima; do ponto de vista social, se relaciona com as modalidades de pertencimento aos grupos, os diversos papéis que a pessoa vive e as diversas representações em relação às quais ela se situa, incluindo a representação profissional.

O conceito de identificação, elaborado por Freud, pode ser definido como o "... processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desta pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações" (Laplanche & Pontalis, 1971, p. 295). Esclarecem estes autores que este conceito foi adquirindo progressiva importância na obra de Freud, pois trata-se da operação pela qual o indivíduo se constitui.

Freud considerava a identificação como:

... a manifestação mais precoce de um enlace afetivo a outra pessoa, e desempenha um importante papel na pré-história do complexo de Édipo... Tudo o que comprovamos é que a identificação aspira a conformar o próprio ego analogamente ao outro tomado como modelo (Freud, 1921/1973, p. 2585).

As identificações são processos inconscientes, o que torna difícil a sua abordagem, bem como o seu entrelaçamento ao processo identitário. Neste duplo processo identidade/identificação, a primeira pode ser entendida como um momento particular da identificação, que ocorre para preencher determinadas necessidades da pessoa na sua relação com o mundo.

Assim, em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros [grifos do autor]. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a 'identidade' e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado de plenitude (Hall, 2001, p. 39).

Ao discutir a fragmentação das identidades que marca as concepções pós-modernas de sujeito, Lago (1999) também resgata o conceito de identidade inspirada na psicanálise. Enfatizando o papel da cultura, internalizada pelo sujeito, e do imaginário, esta autora ressalta que os processos identificatórios (inconscientes), "... são fundamentais para a constituição de sujeitos psíquicos... A identidade, nesta concepção, é ficção do Imaginário através do qual os sujeitos se representam como 'eu' (a parte consciente do ego), procurando dar unidade e consciência a esta representação" (1999, p. 122-123).

A concepção de identidade proposta acima, enquanto registro do imaginário, permite o estabelecimento de um mínimo de coerência e unidade na história de vida do sujeito, se contrapondo à total fragmentação das identidades. Defendemos a idéia de que a análise do processo de identificação nos possibilita compreender como se desenvolve a integração do sujeito por meio dos seus processos identificatórios, os quais possibilitam uma linha de continuidade, de modo que este reconhece a si mesmo ao longo de sua trajetória.

Embora reconhecendo que os processos de identificação permitem estabelecer essa linha de continuidade na trajetória identitária, precisamos nos questionar acerca da (im)possibilidade – ou das dificuldades – de estabelecer esta continuidade na sociedade atual, particularmente no que se refere aos contextos produtivos, o que faremos a seguir.

Contemporaneidade e Trabalho

Ao pensarmos em elementos definidores da contemporaneidade, buscando examinar as implicações desse contexto para os processos produtivos por meio do trabalho, podemos considerar que as características estabelecidas como contraposições do pensamento pós-moderno em relação ao moderno, conforme destacadas por Harvey (2000), sugerem mudanças, tais como a escuta de "outras vozes", anteriormente silenciadas, dando lugar à alteridade e ao pluralismo e a leitura de elementos não racionais (fragmentados, caóticos, descontínuos). O mesmo autor ressalta a necessidade de estar alerta para o perigo da retórica pós-moderna, "... que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global" (p. 112).

Para analisar a contemporaneidade, Tonelli (2001), ancorada em Giddens, utiliza o conceito de modernidade tardia e compreende o atual momento como marcado pela dúvida e pela cultura do risco. Ainda que o risco sempre tenha feito parte da vida cotidiana, individual e coletiva, considera esta autora que:

... o que marca a diferença no modo de funcionar contemporâneo é a existência de uma lógica que implica incessantemente o questionamento e a reflexividade sobre as ações e direcionamentos que deve-

mos perseguir para estabelecer nossas estratégias de ação, em face da diversidade e da multiplicidade de opções que temos oriundas de conhecimentos e informações que, cada vez mais, é possível acessar (Tonelli, 2001, p. 244).

Alguns autores questionam a existência de uma linha divisória entre o cenário contemporâneo e momentos históricos que o antecederam (Harvey, 2000; Santos, 2001). Segundo a concepção de Harvey (2000, p. 111), apesar das diferenças, as transformações em curso não significam uma ruptura, pois “... há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo...”, sendo importante fazer a crítica às concepções de pós-modernidade, pois este prefixo designa algo posterior e que, portanto, superaria a modernidade. Já Santos (2001) assinala que:

... a relação entre o moderno e o pós-moderno é, pois, uma relação contraditória. Não é de ruptura total como querem alguns, nem de linear continuidade como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade (p. 103).

Para Gonçalves (2002), a análise da chamada pós-modernidade pode ser feita em duas perspectivas: como uma nova condição ou como um novo momento histórico. Ambas as perspectivas assinalam as mudanças em curso, mas na primeira estas não são compreendidas como parte de um processo histórico, no qual o desenvolvimento do capitalismo teria aberto espaço para a superação das contradições de classe. Já a segunda concepção compreende o processo histórico no qual emergem as mudanças – por exemplo, a fragmentação – como características do capitalismo contemporâneo.

As configurações da contemporaneidade, antes apontadas, inegavelmente produzem processos de construção das identidades, nesse arranjo societário, mais complexos e efêmeros que em modelos sociais precedentes, dado que os sujeitos, “... devem lidar com a fragmentação, com a multiplicidade de significações e organizações das sociedades complexificadas, mantendo um mínimo de unidade interna” (Lago, 1999, p. 124).

A complexidade das sociedades atuais e a inexistência de uma ruptura abrupta, mas sim de um processo de transição, com continuidades e mudanças, nos levou a optar pelo conceito de contemporaneidade, entendido aqui como um contexto que emerge a partir de diversas crises, notadamente aquelas de cunho social, político, tecnológico e econômico, ocorridas desde a década de 70 do século XX, as quais vêm afetando tanto as estruturas concretas de organização da sociedade, como as dimensões subjetivas.

No que diz respeito ao trabalho, resgata-se que este compareceu na história da humanidade com a concepção de intermediar o atendimento às necessidades imediatas

da sobrevivência, passando, apenas nos últimos séculos, a partir de determinadas circunstâncias históricas, a, gradualmente, ser criador de riquezas e totalmente investido de conotação econômica. “Então, o homem passou a ser visto como um componente de uma força de trabalho e se viu transformado de indivíduo em trabalhador: o trabalho passou a significar um instrumento do valor e da dignidade humana...” (Krawulski, 1998, p. 12).

As transformações pelas quais vem passando a sociedade industrial, desde as últimas décadas do século XX, em resposta à chamada “crise estrutural” da sociedade capitalista (Antunes, 2002; 2003b), a qual, associada a diversos fatores, entre os quais é possível destacar a queda nas taxas de lucratividade observada anteriormente nos países desenvolvidos, provocou alterações substanciais no trabalho. Neste sentido, “... as metamorfoses em curso no mundo do trabalho ...afetaram a *forma de ser* [itálicos do autor] da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada” (Antunes, 2002, p. 67).

Incorporando intensas modificações a partir da prevalência do valor econômico na sua definição e nos seus propósitos, inegavelmente o desenho do trabalho apresenta, na contemporaneidade, características como precariedade, vulnerabilidade e fragmentação, impondo dificuldades para que se processem as identificações por seu intermédio e se construam identidades profissionais.

Entre as estratégias de superação da crise acima referida, emerge, nos contextos de trabalho, a chamada reestruturação produtiva, envolvendo a adoção de novos modelos produtivos, que englobam tanto formas de gestão da produção – incluindo ou não a incorporação de tecnologias microeletrônicas –, como novas formas de gestão dos trabalhadores. Tais estratégias, em geral, resultam na redução da força de trabalho. “Como se disse, no *mundo enxuto* [itálicos dos autores], produzir-se-ia mais, e melhor, com menos gente” (Ramalho & Santana, 2003, p. 11).

Este conjunto de mudanças afetou de modo decisivo o mundo do trabalho, expressando-se particularmente no crescimento do desemprego e na precarização das formas de trabalho e dos direitos do trabalhador. Como consequência, são observadas profundas transformações na própria configuração da classe trabalhadora, incorporando não só o proletariado fabril, mas a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo:

... o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, part time [grifos do autor], que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, em expansão no mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (Antunes, 2003a, p. 218-219).

Interessa-nos particularmente, aqui, avaliar os desdobramentos da atividade laboral, considerando o atual contexto regido pela égide capitalista, para os processos identitários dos trabalhadores. A este respeito, Sennet (2001) desenvolve a idéia de que no capitalismo contemporâneo, o trabalho flexível, temporário, terceirizado, com ênfase no curto prazo, diminui as possibilidades de as pessoas desenvolverem experiências e construir uma narrativa coerente para suas vidas. Segundo o mesmo autor, este modo de produção corrói o caráter do trabalhador, "... sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável" (p. 27). Em sua concepção, sob a lógica capitalista, modificam-se a natureza do trabalho, seus modos de organização e de gestão e, principalmente, as relações interpessoais que os trabalhadores estabelecem no contexto laboral.

Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego (Sennet, 2001, p. 27).

Compartilhando do questionamento formulado por Sennet (2001), reconhecemos que as formas atuais de relações do homem com o trabalho diminuem as oportunidades de construção de narrativas individuais. Mais oneroso aos processos identificatórios por meio do trabalho, porém, é o fato de, nessas circunstâncias, os trabalhadores enfrentarem sérios limites às suas possibilidades de estabelecimento de vínculos interpessoais com seu fazer e, conseqüentemente, terem reduzidas as possibilidades de identificação com os outros e com o seu trabalho, ao menos na perspectiva de uma continuidade, por mais efêmera que esta seja.

O reconhecimento de que o atual arranjo societário, em suas ações produtivas, resulte em desdobramentos de tal ordem nos processos identificatórios dos trabalhadores por meio de sua atividade profissional traz subjacente a compreensão de que o trabalho, enquanto fenômeno ao qual os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital, é elemento constituinte da subjetividade humana e, portanto, de sua identidade. Conceber a atividade de trabalho dos sujeitos como constituinte da sua identidade social implica reconhecer, portanto, a relação de mútua determinação entre trabalho e identidade (Coutinho, 1999) e, conseqüentemente, a constituição de uma identidade profissional, resultante, predominantemente, da vinculação do ser humano a uma atividade laborativa, considerados o contexto e as características dessa atividade, bem como suas implicações para esse sistema identitário (Krawulski, 2004).

Tal como foi apontado anteriormente, tomamos por premissa ser o trabalho uma categoria fundamental, em-

bora não única, para compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos, pois a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais. "O clima de apreensão gerado pelo medo do desemprego e da perda do trabalho faz com que a prioridade ...esteja centrada nas relações de trabalho" (Tonelli, 2001, p. 259). Assim, as mudanças características do atual contexto produtivo repercutem nas diferentes dimensões da vida social e, de um modo bastante peculiar, nas relações do homem com sua atividade laboral, uma vez que tais relações têm gerado sentimentos de insegurança, estranhamento e incerteza, por constituírem-se, em muitos casos, elas próprias, como provisórias, precárias e efêmeras.

A concepção do trabalho como um elemento imprescindível para a construção da identidade do sujeito deve ser, portanto, repensada à luz das várias transformações no mundo produtivo, examinando-se quais articulações ainda são possíveis de serem estabelecidas entre os conceitos de identidade e trabalho, em um contexto no qual, inegavelmente, são modificadas as construções identitárias. Neste exame, é necessário ter em conta as contradições que permeiam a relação homem-trabalho contemporânea, como o caso de processos de inserção profissional morosos e sofisticados, paralelamente a carreiras fugazes.

De modo semelhante, nas situações de demissão, o trabalhador deixa de pertencer a um grupo determinado de profissionais, uma vez que se desvincula da rotina diária do seu trabalho e perde seu 'lugar' e sua condição de 'trabalhador daquela empresa específica'. Neste sentido, diante do questionamento "Como a identidade está sendo reconstruída nesta situação ou em outras de total precarização do trabalho?" (Soares, 2002, p. 117), arriscamo-nos a afirmar que, não tendo mais as suas ações definidas em função de seu trabalho, como ocorria até então, nem a possibilidade de autodenominar-se como pertencente àquele grupo, esta situação de desemprego, como também aquelas de inserção informal e/ou precária no mundo do trabalho, passam a ser constitutivas, elas próprias, dos processos identificatórios, na medida em que o trabalhador se vê impedido de continuar se identificando do modo como vinha fazendo e acaba desenvolvendo novas identificações, à luz de sua nova condição.

Outra situação, que aponta uma tendência característica da sociedade contemporânea diz respeito ao teletrabalho, ao estabelecer novas formas de relações produtivas. Se, por um lado esta atividade confere maior autonomia ao sujeito, por outro, criam-se novas relações de tempo e espaço, rompendo-se, assim, a clássica divisão entre o tempo de trabalho e o tempo livre, exigindo o envolvimento total do trabalhador. Também, o local onde as atividades laborais se realizam deixa de ser um espaço para a identificação profissional, pois "... estas novas formas de organizar o trabalho constituem tendências predominan-

tes, caracterizadas por atentar contra o lugar do sujeito na organização, transformar seu trabalho em um *não lugar* [itálicos dos autores] e voltar a instalar a lógica do trabalho por contrato” (Schvarstein & Leopold, 2005, p. 22). Cabe observar que estas novas configurações de tempo e espaço vêm afetando cada vez mais os diversos contextos produtivos, exigindo dos trabalhadores grande disponibilidade para o trabalho.

A fragmentação, e as novas configurações de tempo e espaço, próprias dos contextos societários contemporâneos, no mundo laboral, especificamente, se concretizam nos processos identitários dos trabalhadores quando estes vivenciam momentos de transição e/ou interrupção em seu papel profissional, provocados por episódios como demissões ou mesmo modificações bruscas nos seus vínculos com o trabalho. Em outras palavras, como as trajetórias profissionais constituem parte de expressivo significado no processo de viver dos trabalhadores, seja pelo tempo a elas dedicado, seja pela sua importância, fragmentações neste percurso laboral se mesclam, inevitavelmente, à própria trajetória de construção identitária, que precisará ser retomada. A vivência deste processo, no entanto, possibilita questionar e refletir a respeito de ações, posturas, preparo e decisões no mundo profissional, conduzindo a novas escolhas e à necessidade de definir novos direcionamentos nos âmbitos pessoal e profissional, restabelecendo, deste modo, uma continuidade.

Repensando Articulações Possíveis

Conforme viemos apontando até aqui, na arquitetura que atualmente rege o mundo do trabalho, é necessário refletir sobre a complexidade implicada nos processos identificatórios de uma classe trabalhadora cada vez mais heterogênea e de difícil delimitação. Seja na produção de conhecimento científico, seja na intervenção, somos instados o tempo todo a buscar respostas para perguntas do tipo: Como ficam as identidades diante do atual contexto de desemprego e do trabalho precário? Ou: Em tempos de ‘fim de empregos’, de terceirizações, de crescimento do volume de demissões e da busca de alternativas para a sobrevivência, de que modo se constituem as identificações com o trabalho?

Apresentamos e discutimos diferentes concepções sobre identidade, desde abordagens sociais até o conceito de identificação para a psicanálise, considerando que a busca de relações entre elas nos fornece elementos para compreensão dos processos identitários na contemporaneidade, do modo como apontamos neste trabalho.

Chamamos a atenção para a dimensão psicológica da identidade, através do conceito de identificação desenvolvido pela psicanálise. Tomando como referência a concepção de Freud, segundo a qual a identificação é processo psicológico resultante do enlace afetivo com o outro, to-

mado como modelo, entendemos a identidade como um momento deste processo, sempre instável e transitório, um “retrato”, aquilo que emerge e se mantém do processo de identificação, e se expressa nas interações, não obstante as mudanças em curso. Portanto, os dois conceitos não podem ser compreendidos separadamente.

Reafirmamos a compreensão de que as identidades individuais e coletivas continuam a se constituir nas sociedades contemporâneas. Entendemos que, apesar das dificuldades decorrentes deste contexto, a construção dos processos identitários pelos sujeitos ainda tem lugar, mesmo nas atuais relações de trabalho; certamente, são posições de sujeitos transitórias e efêmeras, mas não é possível negar a coerência e a continuidade na história de vida de cada um.

No entanto, no cenário da contemporaneidade esta construção se dá de forma diferente do que acontecia no século passado, quando as relações de trabalho caracterizavam-se pela fidelidade, permanência no emprego e continuidade na atividade profissional e/ou empresa escolhida. Diante de um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, é possível pensar, tal como Santos (2001), em identidades como identificações em curso, ou seja, em novos processos identificatórios se desenvolvendo, acompanhando as distintas e sucessivas experiências de trabalho. Dito de outro modo, o sujeito continua procurando organizar suas experiências cotidianas em um conjunto relativamente estável, que pode ser percebido como o seu eu. É a continuidade da busca pela construção de uma biografia que tenha e faça sentido, para o próprio sujeito e para o mundo em seu entorno.

Na contemporaneidade, portanto, estão presentes as dimensões da mudança e da continuidade, requerendo dos sujeitos que se identifiquem, a cada momento, com algo novo, e reconheçam em suas trajetórias uma dimensão temporal, integrando passado, presente e futuro, no mundo laboral. De um lado, os trabalhadores ainda precisam vender sua força de trabalho sob condições que lhes são determinadas pelo capital. De outro, as mudanças nas formas de emprego e o desemprego estrutural, entre outras, trazem exigências de novas competências, habilidades e talentos para se manter empregado. Todas estas situações levam o sujeito a ter que enfrentar cotidianamente o novo e reescrever sua trajetória de vida e sua identidade.

Referências

- Antunes, R. (2002). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (8. ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Antunes, R. (2003a). A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado da ação coletiva. In M. A. Santana & J. R. Ramalho (Eds.), *Além da fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* (pp. 213-224). São Paulo, SP: Boitempo.

- Antunes, R. (2003b). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2002). *A construção social da realidade* (21. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1966).
- Bernardes, A. G., & Hoenisch, J. C. D. (2003). Subjetividade e identidades: Possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os estudos culturais. In N. M. de F. Guareschi & M. E. Bruschi (Eds.), *Psicologia Social nos estudos culturais: Perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social* (pp. 95-126). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ciampa, A. da C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina: Um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Ciampa, A. da C. (1998). Identidade humana como metamorfose: A questão da família e do trabalho e a crise de sentido do mundo moderno. *Interações*, 3(6), 87-101.
- Costa, J. F. (1989). *Psicanálise e contexto cultural: Imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapia*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Coutinho, M. C. (1999). Trabalho e construção da identidade. *Psicologia em Estudo*, 4(1), 29-43.
- Dubar, C. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, 19(62), 13-30. Retirado em 28 abr. 2006, da Base de Dados Científicas Eletrônicas On line (SciELO), de <http://www.scielo.br>
- Erikson, E. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1968)
- Freud, S. (1973) *Psicologia de las masas y analisis do yo*. In S. Freud. *Obras completas: Vol. 3* (pp. 2563-2610). Madrid, España: Biblioteca Nueva (Original publicado em 1921)
- Guareschi, N. M. de F., Medeiros, P. F. de, & Bruschi, M. E. (2003). Psicologia Social e estudos culturais: Rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In N. M. de F. Guareschi & M. E. Bruschi (Eds.), *Psicologia Social nos estudos culturais: Perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social* (pp. 23-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gonçalves, M. da G. M. (2002). A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: O debate pós-moderno. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Eds.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia* (pp. 53-73). São Paulo, SP: Cortez.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade* (5. ed.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Hall, S. (2004). Quem precisa da identidade? In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (3. ed., pp. 103-133). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harvey, D. (2000). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (9. ed.). São Paulo, SP: Loyola.
- Jacques, M. da G. C. (1996). Identidade e trabalho: Uma articulação indispensável. In A. Tamaio, J. E. Borges-Andrade & W. Codo (Eds.), *Trabalho, organizações e cultura* (pp. 41-47). São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados.
- Krawulski, E. (1998). A orientação profissional e o significado do trabalho. *Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais*, Florianópolis, 2(1), 5-19.
- Krawulski, E. (2004). *Construção da identidade profissional do psicólogo: Vivendo as "metamorfozes do caminho" no exercício cotidiano do trabalho*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Kristeva, J. (1987). Le réel de l'identification. In M. David-Ménard, M., J. Florence, J. Kristeva, G. Michaud, J. Oury, J. Schotte & C. Stein (Eds.), *Les Identifications: confrontation de la clinique et de la théorie de Freud à Lacan* (pp. 47-77). Paris: L'espace analytique, Denoël.
- Lago, M. C. de S. (1999). Identidade: A fragmentação do conceito. In A. L. Silva & T. R. Ramos (Eds.), *Falas de gênero: Teorias, análises, leituras* (pp. 119-129). Florianópolis, SC: Mulheres.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1971). *Vocabulaire de psychanalyse*. Paris: PUF.
- Lessa, S. (1997). Centralidade do trabalho: Qual centralidade? *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 15(22), 153-164.
- Martin-Baró, I. (1985). *Acción e ideología: Psicología social desde Centroamérica*. (2. ed.). San Salvador, El Salvador: UCA.
- Offe, C. (1989) Trabalho como categoria sociológica fundamental? In C. Offe. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho: Vol. 1* (pp. 13-41) Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Ramalho, J. R., & Santana, M. A. (2003). Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In M. A. Santana & J. R. Ramalho (Eds.), *Além da fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* (pp. 11-43). São Paulo, SP: Boitempo.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, fatos e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo em 1970-80*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Sainsaulieu, R. (1988). *L'Identité au travail*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Santos, B. de S. (2001). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade* (8. ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Schvarstein, L. & Leopold, L. (2005) Introducción. In: Schvarstein, L. & Leopold, L. (Eds.). *Trabalho y subjetividad: entre lo existente e lo necesario*. (1. ed., pp.19-27). Buenos Aires: Paidós.
- Sennet, R. (2001). *A corrosão do caráter: Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (5. ed.). São Paulo, SP: Record.
- Silva, T. T. da. (2004). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (3. ed., pp. 73-102). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Soares, D. H. P. (2002). *A escolha profissional: Do jovem ao adulto*. São Paulo, SP: Summus.
- Tonelli, M. J. (2001). Organizações, relações familiares e amorosas. In E. Davel & S. C. Vergara (Eds.), *Gestão com pessoas e subjetividade* (pp. 243-261). São Paulo, SP: Atlas.
- Woodward, K. (2004). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (3. ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes.

Maria Chalfin Coutinho é Psicóloga, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atua como professora junto ao Curso de Graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito (NETCOS), no qual são desenvolvidos projetos de pesquisa e intervenção sobre os sujeitos inseridos no contexto contemporâneo

do trabalho. Publicou recentemente o livro “*Participação no trabalho*” pela editora Casa do Psicólogo. Endereço para correspondência: Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 1304, apto 202, Florianópolis, SC, 88040-001.
chalfin@mbox1.ufsc.br

Edite Krawulski é Psicóloga, Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção, Área de Ergonomia pela UFSC, com tese sobre construção da identidade profissional de psicólogos no cotidiano de trabalho. É professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia, e membro do Laboratório de Informação e Orientação Profissional (LIOP). Ministra disciplinas e orienta estágios na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Desenvolve pesquisas sobre razões da escolha e concepções da Psicologia e sobre relações indivíduo-trabalho.
edite@cfh.ufsc.br

Dulce Helena Penna Soares é Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de Strasbourg na França. É Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Pesquisadora Produtividade PQ CNPq, 2006/2009. Coordenadora do Laboratório de Informação e Orientação Profissional (LIOP). Conselheira da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP). Publicou vários livros e artigos científicos no campo da orientação profissional.
dulce@cfh.ufsc.br

Identidade e Trabalho na Contemporaneidade: repensando articulações possíveis

Maria Chalfin Coutinho, Edite Krawulski &
Dulce Helena Penna Soares

Recebido: 07/08/2006

1ª revisão: 13/02/2007

Aceite final: 19/03/2007